



ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

# **SIMULADO DIREITO PENAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*

**381) Sobre os crimes praticados por particular contra administração pública estrangeira, conforme artigos 337-B, 337-C, 337-D, todos do Código Penal, aponte a alternativa correta.**

- a) considera-se funcionário público estrangeiro, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.
- b) comete o crime de corrupção ativa em transação comercial internacional quem promete, oferece, da, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, não incluindo a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.
- c) a pena é aumentada de metade, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) comete o crime de tráfico de influência em transação comercial internacional quem solicita para si direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional.

**RESPOSTA:** A. Pois está em conformidade com o artigo 337-D, do Código Penal.

A alternativa B é errada pois é incluído no texto legal a terceira pessoa. Já a alternativa C é falsa devido ao fato que a pena é aumentada de um terço, conforme artigo 337-B. A alternativa D é incorreta pois é previsto na lei a solicitação para outrem.

**382) Sobre os crimes praticados contra a administração da justiça aponte a alternativa correta.**

- a) comete o crime de denúncia caluniosa quem dar causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que sabe inocente.
- b) comete o crime de reingresso de estrangeiro expulso o estrangeiro que reingressar no território nacional onde foi expulso.
- c) a pena do crime da denúncia caluniosa é aumentada em metade se o agente se serve do anonimato.
- d) a pena do crime da denúncia caluniosa é diminuída de metade se o agente imputar a prática de crime culposos.

**RESPOSTA:** B. Estando em conforme com o artigo 338 do Código Penal.

A alternativa A é errada pois tal crime abrange também a instauração de processo judicial, de instauração de investigação administrativa, inquérito civil e ação de improbidade administrativa. Já alternativa C é errada pois a pena é aumentada de um sexto (artigo 339, §1º). A alternativa D é errada pois a pena é diminuída em metade se a imputação for de contravenção penal e não crime culposos (artigo 339, §2º).

**383) Aponte a assertiva incorreta**

- a) comete o crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção quem provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- b) comete o crime de auto acusação falsa quem se acusa, perante autoridade, de crime inexistente ou provocado por outrem.
- c) comete o crime de exercício arbitrário das próprias razões quem faz justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão ilegítima.
- d) comete o crime de falso testemunho ou falsa perícia, previsto no artigo 343, quem oferece vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa em depoimento.

**RESPOSTA:** C. Pois o crime previsto no artigo 345, pune quem faz justiça pelas próprias mãos, mesmo sendo o interesse legítimo.

**384) Sobre o crime de falso testemunho ou falsa perícia, previsto no artigo 342, assinale a alternativa incorreta.**

- a) comete o crime quem faz afirmação falsa, como testemunha, em inquérito policial.
- b) comete o crime quem cala a verdade como tradutor em juízo arbitral.
- c) as penas aumentam-se de metade se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido como fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
- d) se o agente se retrata ou declara a verdade antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito a pena é reduzida de um terço.

**RESPOSTA:** D. Pois está em desacordo com o que prevê o artigo 342, §2º, sendo que no texto a retratação, neste caso, o fato deixa de ser punível (não é punido).

**385) Aponte a alternativa correta**

- a) Comete o delito de coação no curso do processo quem usa de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.
- b) comete o delito de fraude processual quem inovar, culposamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa.
- c) se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em triplo.
- d) prestar a criminoso, incluindo os casos de co autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.

**RESPOSTA:** A. pois está em conformidade com o artigo 344 do Código Penal.

A alternativa B é falsa pois a fraude processual deve ser cometida artificialmente por dolo, não existe a previsão do crime culposo. A alternativa C é falsa pois a pena para a fraude processual for para o processo penal as penas são em dobro. A alternativa D é incorreta pois tal crime é o do artigo 349 do Código Penal, Favorecimento Real, sendo que é excluído do crime os casos de co autoria ou de receptação.

**386) Assinale a alternativa incorreta**

- a) comete o crime de favorecimento pessoal quem auxilia a subtração da autoridade pública o autor de crime a que é cominada a pena de reclusão.
- b) se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.
- c) comete o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder o funcionário que ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança.
- d) comete o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder o funcionário que submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento autorizado em lei.

**RESPOSTA:** D, pois está em desconformidade com o artigo 350, parágrafo único, inciso III, pois no texto legal é previsto que o funcionário que submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.

**387) Sobre o crime de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança, previsto no artigo 351, assinale a alternativa correta.**

- a) comete o crime quem promove o facilita a fuga de pessoa ilegalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva.
- b) se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão de um ano.
- c) se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.
- d) se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado a pena será de reclusão de dois a seis anos.

**RESPOSTA:** C. Está em conformidade com o artigo 351, §2º, do Código Penal.

**388) Assinale a alternativa incorreta**

- a) comete o crime de evasão mediante violência contra pessoa o preso que se evade ou tenta se evadir usando-se de violência contra a pessoa.
- b) comete o crime de arrebatamento de preso quem arrebatou preso com o fim de facilitar sua fuga, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda.
- c) comete o delito de motim de presos os presos que se amotinarem, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- d) comete o delito de patrocínio infiel quem, na qualidade de advogado ou procurador, trai o dever profissional, prejudicando o interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado.

**RESPOSTA:** B. Pois não está de acordo com o que está previsto no artigo 353, pois a finalidade do arrebatamento de preso é maltratá-lo e, não facilitar sua fuga.

**389) Aponte a alternativa correta de acordo com o texto do Código Penal.**

- a) comete o crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, previsto no artigo 356, quem inutiliza, total ou parcialmente, ou deixa de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador.
- b) comete o crime de exploração de prestígio quem solicita, exige ou recebe dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- c) comete o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito quem exercer função, atividade, direito, autoridade, de que foi cassado ou suspenso por decisão judicial.
- d) comete o crime de violência ou fraude em arrematação judicial quem procura afastar concorrente ou licitante, exclusivamente por meio de fraude ou oferecimento de vantagem.

**RESPOSTA:** A. Sendo tal alternativa prevista no artigo 356 do Código Penal.

A alternativa B é errada pois inclui o verbo exigir, o que não consta no rol do artigo 357. Já a alternativa C é incorreta pois, de acordo com o artigo 359, não está expressa a hipótese de cassação, pois o que consta no artigo é a suspensão ou a privação. A alternativa D é errada pois no texto legal está previsto a violência, a grave ameaça, a fraude e o oferecimento de vantagem.

**390) Assinale a alternativa incorreta**

- a) comete o crime de contratação de operação de crédito quem ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- b) incide na mesma pena do artigo 359-A quem ordena, autoriza ou realiza a operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em decreto do Presidente da República.
- c) comete o crime de ordenação de despesa não autorizada quem ordena despesa não autorizada por lei.
- d) comete o crime de prestação de garantia graciosa quem presta garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra garantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

**RESPOSTA:** B. Pois tal assertiva está em desconformidade com o artigo 359-A, parágrafo único, inciso I, pois o texto legal prevê a resolução do Senado Federal e não decreto Presidencial.